



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**CONTABILIDADE AMBIENTAL COMO FERRAMENTA
DE GESTÃO AMBIENTAL EM UMA PEQUENA
PROPRIEDADE RURAL:** Um Estudo de Caso na
Empresa Jandaia Agropecuária no Município de
Itaituba/PA.

SHEULLY KATIÚSCIA PRADO

ITAITUBA/PA

2013

SHEULLY KATIÚSCIA PRADO

**CONTABILIDADE AMBIENTAL COMO FERRAMENTA
DE GESTÃO AMBIENTAL EM UMA PEQUENA
PROPRIEDADE RURAL:** Um Estudo de Caso na
Empresa Jandaia Agropecuária no Município de
Itaituba/PA.

Monografia de Graduação apresentada à Banca
Examinadora do Curso de Ciências Contábeis –
Bacharelado, da Faculdade de Itaituba, como
requisito para obtenção do título de Bacharela em
Ciências Contábeis, orientada pela Prof. Augusto
Cesar Amorim do Nascimento.



FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
Av. Governador Fernando Guilhaon, 895
Jardim das Araras - Itaituba – PA
Telefone: (93) 3518 – 4320 / Fax: (93) 3518 – 4319
Site: www.unifaitb.edu.br / E-mail: fai@unifaitb.edu.br
Curso de Ciências Contábeis – Portaria/Mec nº 2559 de 15/09/03

Acadêmica: SHEULLY KATIÚSCIA PRADO

TÍTULO: CONTABILIDADE AMBIENTAL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO AMBIENTAL EM UMA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL: Um Estudo de Caso na Empresa Jandaia Agropecuária no Município de Itaituba/PA.

Monografia de Graduação apresentada à Banca Examinadora do Curso de Ciências Contábeis – Bacharelado, da Faculdade de Itaituba, como requisito para obtenção do título de Bacharela em Ciências Contábeis, orientada pelo Prof. Esp. Augusto Cesar Amorim do Nascimento.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ **Nota:**

Prof. Marcio Silva da Conceição, Msc.

Orientador: _____ **Nota:**

Prof. Augusto Cesar Amorim do Nascimento, Esp.

Avaliador: _____ **Nota:**

Prof. Mariosvaldo de Sousa Robertino, Esp.

Resultado: _____ **Média:**

Itaituba/PA, 08/03/2014.

Dedico este trabalho aos meus pais, Maria Aurizan Prado e Benedito Gonçalo Prado, pela motivação e incentivo.

AGRADECIMENTOS

A minha família pela educação e pelo amor, o qual nunca me faltou.

As minhas amigas leais e fieis as qual conquistei neste período de quatro anos de uma caminhada, mais que valeu muito apenas caminhar juntas com todos os troncos e tropeços.

Ao Douglas Vasques pela confiança depositada em mim, e pela compreensão nas horas vagas.

Ao meu Orientador Augusto Cesar Amorim do nascimento, pela sua atenção, conhecimento, incentivo e confiança, fatores que me fizeram acreditar que iria conseguir.

Ao Sr. Secretario municipal de Meio Ambiente Valfredo Pereira Marques Júnior, pelas orientações, e auxílios nas horas que me faltaram palavras para expor o meu conhecimento.

Sem esquecer o Senhor Juarez Alves da Silva, pela oportunidade de me fazer apreender com a sua empresa e me deixar opinar no seu crescimento.

Agradeço a Deus pela oportunidade de saborear a conquista de uma formação com muita dedicação e por tudo que me proporcionaste todo esse tempo.

Agradeço a todos que de uma maneira direta ou indireta sempre me apoiam para realização de meus sonhos, meu Obrigado.

Se você tem metas para uma ano. Plante arroz...

Se você te metas para 10 anos. Plante uma árvore...

Se você tem metas para 100 anos eduque uma criança....

Se você tem metas para 1000 anos, então preserve o meio ambiente.

Confúcio

PRADO, Sheully Katiúscia. CONTABILIDADE AMBIENTAL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO AMBIENTAL EM UMA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL: Um Estudo de Caso na Empresa Jandaia Agropecuária no Município de Itaituba/PA. Monografia de Conclusão do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, da Faculdade de Itaituba – FAI, Itaituba – Pará, 2013

RESUMO

A presente pesquisa demonstra que a sociedade ainda não se sensibilizou em mudar os hábitos e o comportamento para a preservação do meio ambiente, porém, há alguns anos, tem se aumentado consideravelmente as discussões acerca das questões ambientais, preocupando-se cada vez mais com a exploração indiscriminada dos recursos naturais, preferindo produtos que não causem danos ou menor impacto ao meio ambiente. Os relatórios fornecidos pela contabilidade ambiental, juntamente com o sistema de gestão ambiental adequado, auxiliam os gestores a tomarem decisões benéficas a organização, sendo assim, considerando as questões ambientais de forma estratégica, mudando suas concepções, passando a ver os custos ambientais como investimentos, tornando-a mais competitiva. Há várias maneiras de classificar as questões ambientais, tais como: baseada de artifícios; baseada em respostas; baseada na conformidade; gestão ambiental; prevenção de poluição e desenvolvimento sustentável. Não só a contabilidade ambiental, mais também a utilização de um sistema de gestão ambiental resultará no desenvolvimento sustentável, otimizando o uso racional dos recursos naturais, garantindo o bem estar das gerações futuras, com responsabilidade social, moral e ética.

Palavras-Chave: Contabilidade Ambiental. Meio Ambiente. Gestão Ambiental

PRADO, Sheully Katiúscia. ENVIRONMENTAL ACCOUNTING AS A TOOL FOR ENVIRONMENTAL MANAGEMENT IN A SMALL RURAL PROPERTY: A Case Study in Agricultural Company Conure in the Municipality of Itaituba / PA. Monograph Completion Bachelor of Accounting Sciences, Faculty of Itaituba - FAI, Itaituba - Pará, 2013

ABSTRACT

To present research it demonstrates that the society didn't still become aware in changing the habits and the behavior for the preservation of the environment..., however, there are some years, she have been increasing the discussions considerably concerning the environmental subjects, worrying more and more about the indiscriminate exploration of the natural resources, preferring products that don't cause damages or smaller impact to the environment. The reports supplied by the environmental accounting, together with the system of environmental administration adapted, they aid the managers they to take her/it beneficial decisions the organization, being like this, considering the environmental subjects in a strategic way, changing your conceptions, starting to see the environmental costs as investments, turning her more competitive. There are several ways to classify the environmental subjects, such as: based of artifices; based on answers; based on the conformity; environmental administration; pollution prevention and maintainable development. Not only the environmental accounting, the use of a system of environmental administration will also result in the maintainable development, optimizing the rational use of the natural resources, guaranteeing the good to be of the future generations, with responsibility social, moral and ethics.

Word-key: Environment; Environmental accounting; and environmental dministration.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01	USUARIOS EXTERNOS.....	27
QUADRO 02	BALANÇO PATRIMONIAL.....	28
QUADRO 03	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	29
QUADRO 04	DEMOSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA.....	30
QUADRO 05	ATIVO AMBIENTAL	33
QUADRO 06	EXEMPLOS DE ORIGENS	34
QUADRO 07	MODELO DE BALANÇO AMBIENTAL.....	37
QUADRO 08	DEMOSNTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO.....	40
QUADRO 09	BALANÇO AMBIENTAL	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS
BA	BALANÇO AMBIENTAL
BP	BALANÇO PATRIMONIAL
CNUMAD NAÇÕES UNIDAS	CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE DAS
CONAMA	CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE
DFC	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA
DRE	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EPP	EMPRESA DE PEQUENO PORTE
EIA	ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL
IBAMA	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE
ISO	ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE NORMATIZAÇÃO
OUR COMMON FUTURE	NOSSO FUTURO COMUM
PO	PURO DE ORIGEM
RIMA	RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL
SGA	SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL
SHAREHOLDERS	ACIONISTAS
STAKEHOLDERS	PARCEIROS E ATORES SOCIAIS RELEVANTES
TC	COMITÊ TÉCNICO

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	8
LISTA DE QUADROS	9
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	10
SUMÁRIO	11
INTRODUÇÃO	13
REFERENCIAL TEÓRICO	14
1. A EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE AMBIENTAL	14
1.1 O SURGIMENTO DA CONTABILIDADE AMBIENTAL	14
1.2 CONTABILIDADES AMBIENTAIS NA SOCIEDADE	15
1.3 LEGISLAÇÕES AMBIENTAIS	16
1.4 ISO 14000	17
1.5 FERRAMENTAS DA CONTABILIDADE AMBIENTAL	17
1.6 GESTÃO AMBIENTAL	18
1.7 OBJETIVOS DA GESTÃO AMBIENTAL	20
1.8 GERENCIAMENTO AMBIENTAL	21
1.9 EMPRESA E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL	23
2. A CONTABILIDADE AMBIENTAL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO AMBIENTAL ..	26
2.1 USUÁRIOS DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	26
2.2 AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	27
2.2.1 Balanço Patrimonial- BP	27
2.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício – DRE	28
2.2.3 Demonstração de fluxo de caixa	29
2.3 MECANISMOS DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	30
2.3.1 Custos e Despesas Ambientais	30
2.3.2 Receitas Ambientais	31
2.3.3 Ativos Ambientais	31
2.3.4 Passivos Ambientais	33
2.3.5 Divulgação de Dados e Notas Explicativas Ambientais	34
2.3.6 Gerenciamento ambiental e suas atividades	35
2.3.7 Balanço Ambiental	36

3. CONTABILIDADE AMBIENTAL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO AMBIENTAL EM UMA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL: Um Estudo de caso na Empresa Jandaia Agropecuária no Município de Itaituba/PA	38
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA EM ESTUDO.....	38
3.2 METODOLOGIA	39
3.3 ANÁLISES DOS RESULTADOS.....	39
3.4 SUGESTÕES DE FERRAMENTAS ESTRATÉGICAS CONTÁBEIS	40
3.4.1 PROPOSTA DE BALANÇO AMBIENTAL.....	41
3.4.2 FLUXO DE CAIXA	42
4- CONCLUSÃO	43
5- BIBLIOGRAFIA	Erro! Indicador não definido.
6- ANEXOS	47

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar a nova dimensão que se apresenta para a contabilidade Ambiental ao incorporar informações sobre a questão ambiental, respondendo às exigências de uma sociedade mais consciente na utilização sustentável de recursos naturais inicialmente será discutida a gestão ambiental e sua importância para as empresas, introduzindo, em seguida, a contabilidade ambiental como importante ferramenta estratégica de controle para a atividade de pequeno porte, fazendo uma breve apresentação deste setor considerado um dos principais segmentos produtivos da região. Para tanto, vale-se da contabilidade ambiental de forma que as informações contábeis possam refletir nas decisões que a empresa venha a adotar em relação ao meio ambiente, fonte de fornecimento de sua matéria prima, por excelência. Desta forma, alguns conceitos são apresentados e discutidos à luz de autores que versam sobre os meios de produção e usam a contabilidade ambiental com argumento de medida de eficiência empresarial, contribuindo, ainda, para os gestores no sistema de gestão ambiental.

A metodologia utilizada no presente trabalho foi através de pesquisas bibliográficas utilizando livros, e artigos científicos, revistas e internet. Este trabalho encontra-se estruturado em três capítulos onde o primeiro capítulo aborda o tema referente ao surgimento da Contabilidade Ambiental, no segundo capítulo teoriza-se tecnicamente referente as ferramentas utilizadas pela contabilidade ambiental como forma de gestão para tomadas de decisões na pequena propriedade rural, e no terceiro capítulo faz-se o estudo de caso na empresa jandaia agropecuária no município de Itaituba/PA, onde é aplicado um questionário ao gestor, o qual após respondido é feita a análise das questões e com base nessa análise sugerir diretrizes para o bom gerenciamento ambiental.

Este trabalho é direcionado aos acadêmicos de Contabilidade, Administração, Economia, e aos empresários rurais de forma geral.

REFERENCIAL TÉORICO

1. A EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE AMBIENTAL

1.1 O SURGIMENTO DA CONTABILIDADE AMBIENTAL

O meio ambiente é um elemento essencial para a vida e por isso deve ser tratado como um tema transversal de responsabilidade social e ambiental nas empresas, por que envolve, além do próprio meio a visão ecológica e todas as relações desde com o homem, seja por meio do processo de educação ambiental, de descartabilidade de recursos, de prevenção e de recuperação de impactos, ou decorrente da própria existência humana e suas relações com o ambiente.

O surgimento da Contabilidade Ambiental teve o seu início a partir dos anos 70, com a preocupação com o meio ambiente, devido à gravidade e urgência do assunto, teve o reconhecimento da sociedade, com maior repercussão na Primeira Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente das Nações Unidas (CNUMAD), realizada em Estocolmo, na Suécia, onde foram abordados os problemas ecológicos e os impactos ambientais e industriais. Tal preocupação deve-se ao fato de que o uso indiscriminado dos recursos naturais sem que haja prudência ecológica e responsabilidade na utilização deles, acarretará a degradação e o caos.

Rebollo (2000) acredita que o aumento populacional e evolução da civilização, a partir do século XV, a humanidade experimentou um longo processo de transformação. A civilização evoluiu do estágio feudal chegando à chamada Revolução Industrial, cujos efeitos verificam - se até hoje. Nesse período, as atividades manufatureiras tiveram impressionante impulso, com significativos reflexos na economia, nos hábitos dos indivíduos e, por consequência, no meio ambiente.

No início dos anos 80, as empresas passaram a trabalhar no combate as causas em vez de trabalhar as consequências. Nesta mesma época, houve o aparecimento do ativismo ambiental, em que os grupos formados, como o *Earth First* dos Estados Unidos, começavam a pressionar as empresas com o objetivo de mudarem suas políticas em relação ao meio ambiente. Nos encontros preparatórios para a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em 1986 e 1987, emitiu-se o relatório Nosso Futuro Comum (*Our Common Future*),

apontando a pobreza como uma das principais causas dos problemas ambientais, contribuindo para disseminar o conceito de desenvolvimento sustentável.

Também, nos anos 80, as empresas líderes de mercado mudaram a concepção em relação aos gastos com proteção ambiental, passando não as ver como custos, mas sim como investimentos, conseqüentemente, uma vantagem competitiva. Na Inglaterra, no início dos anos 90, a ISO (*International Organization for Standardization*) constituiu o grupo estratégico consultivo sobre o meio ambiente, com a finalidade de elaborar normas internacionais de proteção ambiental. Na mesma época, o Banco Mundial financiou um estudo de estratégias de avaliação de impactos ambientais associados à relação custo-benefício.

Nos anos 90, houve uma grande evolução relacionada à preservação do meio ambiente, passando a fazer parte do cotidiano das pessoas a expressão qualidade ambiental.

A Contabilidade Ambiental passou a ter *status* de novo ramo da Ciência Contábil em fevereiro de 1998, com a finalização do ‘Relatório Financeiro e Contábil sobre o Passivo e Custos Ambientais’ pelo Grupo de Trabalho Intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Relatórios (ISAR United Nations Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting). (TINOCO; KRAEMER, 2004: 32).

Destaca-se a importância da Política Nacional de Educação Ambiental, trazendo como objetivos fundamentais desde 1999:

Necessidade do desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações [...]; do estímulo e fortalecimento de consciência crítica sobre a problemática ambiental e social; do incentivo à participação individual e coletiva [...]; do fomento e fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia; autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade. (TINOCO; KRAEMER, 2004: 57).

1.2 CONTABILIDADES AMBIENTAIS NA SOCIEDADE

A Contabilidade Ambiental utiliza metodologias e sistemas para identificar, monitorar e informar impactos ambientais causados pelas operações da empresa, integrando os impactos, as decisões de compras de matérias-primas, custeio de produto, formação de preços, orçamento de capital e avaliação de desempenho. Também traz grandes benefícios para as empresas e à sociedade,

permitindo, assim, o uso mais adequado dos recursos naturais, e ainda, fornecendo informações importantes para a tomada de decisões.

Com a Contabilidade Ambiental pode-se identificar, estimar, alocar, administrar e reduzir os custos ambientais da empresa, juntamente com um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) adequado, pode-se verificar melhoras relevantes nas Demonstrações Contábeis da empresa, e ainda, passar outra visão de seus produtos à sociedade.

A Contabilidade provoca benefícios potenciais à indústria e à sociedade, entre outros: identifica, estima, aloca, administra e reduz os custos, particularmente os ambientais; permite o uso mais eficiente de recursos naturais, incluindo a energia e a água; fornece informações para a tomada de decisão, melhorando a política pública. (TINOCO; KRAEMER, 2004:12).

A Contabilidade Ambiental tem grande importância na geração e processamento das informações, com identificação e registro de eventos ambientais, dando parâmetros aos usuários em suas tomadas de decisões.

Paiva (2003) diz que os resíduos gerados em indústrias sucroalcooleiras, por serem em sua quase totalidade de natureza orgânica, possibilitam controle e reaproveitamento, passando também a contribuir com outras áreas de produção.

A Contabilidade Ambiental foi designada para o registro e geração de relatórios com finalidade de, segundo Paiva, (2003, 17) “auxiliar na elaboração do planejamento estratégico; servir de parâmetro no gerenciamento das atividades-alvo e fornecer informações externas no sentido de prestações de contas dessas atividades”.

1.3 LEGISLAÇÕES AMBIENTAIS

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é um dos instrumentos mais importantes de atuação administrativa na defesa do meio ambiente introduzida na Legislação Ambiental Brasileira. O EIA teve sua primeira previsão no direito brasileiro na Lei nº 6.803/80, dispondo sobre as diretrizes básicas para zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, mas foi a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81), em seguida alterada pela lei nº 7.804/89, que passou a ser de forma mais ampla e generalizada em relação a proteção do meio ambiente, sendo que o artigo 9º, III, dessa lei, inclui a avaliação de impactos ambientais.

[...] com o advento da constituição de 1988 [...], por expressa menção feita a ele no inciso IV do § 1º do artigo 225, de acordo com esta norma, incumbe ao poder público, para assegurar a efetividade de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, 'exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade. (MIRRA, 1998:17).

1.4 ISO 14000

O Objetivo do ISO 14000 é fornecer assistência para as organizações na implantação ou no aprimoramento de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA). A ISO é consistente com a meta de desenvolvimento sustentável e é compatível com diferentes estruturas culturais, sociais e organizacionais.

A série ISO 14000 foi escrita pelo Comitê Técnico 207 (TC 207), criado pela Organização Internacional de Normalização – ISO. Define os elementos de um SGA, a auditoria de um SGA, a avaliação de desempenho ambiental, a rotulagem ambiental e a análise de ciclo de vida. (Apêndice J)

Assim são suas normas e diretrizes voluntárias, segundo Harrington; Knight (2001), tendo vantagens significativas como:

- a) redução dos conflitos entre agências reguladoras e indústrias;
- b) tende a encorajar as empresas a se envolver mais com os programas de desenvolvimento ambiental;
- c) a natureza voluntária, debatedora e empreendedora pode ser um fator. Significativo ao se iniciar o processo de mudança. Ainda segundo Harrington; Knight, essas normas voluntárias são, normalmente, desaceitas por que:

As indústrias envolvem-se em sua criação; são desenvolvidas num ambiente consensual; promovem entendimento internacional; podem ser aceitas amplamente por todos os detentores de interesses; são preparadas por pessoas altamente capazes em suas áreas específicas, em todo mundo; possui bases comuns, independentes de filiações políticas. (2001:31).

1.5 FERRAMENTAS DA CONTABILIDADE AMBIENTAL

Para a realização do processo de Contabilidade Ambiental é essencial o acompanhamento de receitas e despesas, custos, ganhos e perdas porque afetam o resultado patrimonial ambiental.

Assim acordando com FERREIRA (37; 2003), um dos mais importantes autores especializados em contabilidade ambiental, as questões ambientais formam um assunto de interesse para contadores, onde podem contribuir em cinco áreas para o gerenciamento do meio ambiente, tais como:

- a) Modificar os sistemas de contabilidade existentes (como custeio de energia);
- b) Eliminar elementos conflitantes dos sistemas de contabilidade (como nos métodos de investimentos);
- c) Planejar as implicações financeiras de uma agenda ambiental (como nas projeções sobre as despesas de capital);
- d) Introduzir o desempenho ambiental nos relatórios externos (como nos relatórios anuais);
- e) Desenvolver uma nova contabilidade e sistema de informações (como em um balanço patrimonial ecológico).

1.6 GESTÃO AMBIENTAL

A evidenciação ambiental é utilizada pelas organizações como meio para comunicar os aspectos e impactos ambientais. O tema desperta interesse tanto na comunidade científica quanto na empresarial; contudo, acredita-se haver oportunidades de aperfeiçoamento para o tema. Neste contexto, emerge a pergunta de pesquisa: como identificar as potencialidades e oportunidades da evidenciação ambiental? Para responder a esta pergunta, tem-se como objetivo identificar as potencialidades e oportunidades da evidenciação ambiental para a gestão interna. Para atingir este objetivo, utiliza-se: um processo estruturado de revisão da literatura.

O exemplo em uma determinada empresa, revelou que as métricas aplicadas para a análise apresentam baixo gerenciamento das informações específicas, uma vez que não levam em consideração suas propriedades singulares e, conseqüentemente, não permitem gerenciar e promover ações de aperfeiçoamento. Assim, caracterizam-se como potencialidades: o tema é relevante, pois possibilita estabelecer padrões de informação ambiental, sendo gerenciado pela sociedade por meio de leis e normas e pelas organizações, por meio das conseqüências em seus objetivos estratégicos; o processo de busca de referencial teórico revelou que o

tema é recente e aceito na comunidade científica internacional, e o estudo de caso revela que a evidenciação ambiental auxilia no aumento de comunicação entre empresa e sociedade. Como oportunidades encontradas, aponta-se a necessidade de um processo estruturado que permita identificar, mensurar, apresentar diagnóstico e ações de aperfeiçoamento, considerando as características singulares de cada organização.

A evolução das entidades ao longo do tempo evidenciou uma preocupação centrada na eficácia e eficiência dos sistemas produtivos. Mais recentemente, essa visão revelou-se insatisfatória, ficando evidente que o contexto de atuação das empresas a cada dia torna-se mais complexo e o processo decisório sofre restrições cada vez mais severas. Um dos componentes importantes dessa reviravolta nos modos de pensar e agir foram o crescimento da consciência ecológica, na sociedade, nos governos e nas próprias empresas.

Recentemente, a sociedade passou a demandar das empresas informações sobre a questão ambiental. Assim, a contabilidade, além do registro de transações econômicas, passa a apresentar eventos ambientais, assumindo o papel de divulgação das ações de gestão ambiental, tendo em vista prevenir e corrigir danos, bem como salvaguardar os patrimônios empresarial e nacional. Essa imposição independe da entidade ser ou não ambientalmente íntegra.

A preocupação com a questão ambiental é ética e econômica. Dela depende a permanência da empresa no mercado. Nesse contexto, a contabilidade se atualiza ao buscar procedimentos que proporcionem a evidenciação da informação ecológica, promovendo a discussão do tema entre seus pesquisadores e profissionais. Lima e Viegas (2002:47)

A contabilidade, entendida como meio de fornecer informações para *shareholders* (acionistas) e para *stakeholders* (parceiros ou atores sociais relevantes), no enfrentamento desse desafio, deve também atender aos interessados na atuação com relação ao meio ambiente por parte das empresas, clarificadas em sistemas de gestão ambiental, explicitando suas respostas à sociedade no que tange à responsabilidade social e à questão ambiental, subsidiando o processo de tomada de decisão.

Por outro lado, a gestão da qualidade nas empresas passa pela obrigatoriedade de implantação de sistemas organizacionais e de produção que

valorizem os bens naturais, as fontes de matérias-primas, as potencialidades do quadro humano criativo, as comunidades locais e pelo início de um novo ciclo onde a cultura do descartável e do desperdício seja coisa do passado. Assim, impõem-se às entidades atividades de reciclagem, incentivo à diminuição do consumo, controle de resíduos, capacitação permanente dos quadros profissionais, em diferentes níveis e escalas de conhecimento, fomento ao trabalho em equipe e às ações criativas.

A contabilidade da gestão ambiental alinha-se, portanto, aos esforços da sustentabilidade, não somente econômica, mas, sobretudo humana. Dessa forma, analisa-se a utilização da contabilidade da gestão ambiental como facilitadora do uso e compartilhamento de informações contábeis, para a otimização da eficiência do uso dos recursos naturais, a fim de reduzir o impacto e o risco ambiental e os gastos na preservação ambiental. A questão ambiental, pela sua relevância junto à sociedade moderna, tem de ser incorporada aos demonstrativos contábeis, pois seu impacto sobre os resultados empresariais ocorre a curto, médio e longo prazos.

Com base numa revisão bibliográfica sobre o tema, analisa-se e comenta-se os resultados econômicos, financeiros e ambientais de quatro empresas brasileiras, com inserção no mercado mundial, como exportadoras e importadoras de produtos e insumos; com grandes volumes transportados e manuseios de cargas nos portos brasileiros; conhecidas pela sua preocupação e atuação na questão ambiental, a partir de suas demonstrações contábeis e relatórios complementares publicados no Brasil e no exterior; complementada com entrevistas com profissionais dessas empresas e a análise de informações obtidas em seminários técnicos especializados.

1.7 OBJETIVOS DA GESTÃO AMBIENTAL

A relativa atualidade do tema abordado indicou a conveniência da adoção de uma metodologia tridimensional, ou seja, uma revisão bibliográfica do tema, tanto de estudos nacionais, quanto internacionais, análise dos demonstrativos econômicos, financeiros e socioambientais de quatro empresas brasileiras com inserção global, complementada com entrevistas junto a executivos dessas empresas e a participação em seminários técnicos especializados realizados pela Abamec-SP

(2002) e pela Apimec-SP (2004), que têm como público-alvo profissionais do mercado de capitais e consultores e analistas de empresas e investimentos.

1.8 GERENCIAMENTO AMBIENTAL

Gestão ambiental é o sistema que inclui a estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental. É o que a empresa faz para minimizar ou eliminar os efeitos negativos provocados no ambiente pelas suas atividades.

O gerenciamento ambiental passa a ser um fator estratégico para análise da alta administração das organizações, incluindo uma série de atividades a serem consideradas, como: formular estratégias de administração para o meio ambiente; assegurar a conformidade com as leis ambientais; implementar programas de prevenção à poluição; gerir instrumentos de correção de danos ao meio ambiente; adequar os produtos às especificações ecológicas; monitorar o programa ambiental da empresa de encontro ao conceito de excelência ambiental, como uma vantagem competitiva.

Existem três razões básicas para uma empresa adotar essa especificidade da contabilidade:

- ✓ Gestão interna — está relacionada com uma ativa gestão ambiental e seu controle, visando reduzir custos e despesas operacionais e melhorar a qualidade dos produtos;
- ✓ Exigências legais — a crescente exigência legal e normativa pode obrigar os administradores a controlarem mais seus riscos ambientais, sob pena de multas e indenizações;
- ✓ Demanda dos parceiros sociais — a empresa está submetida cada vez mais a pressões internas e externas. Essas demandas podem ser dos clientes, empregados, organizações ecológicas, seguradoras, comunidade local, acionistas, administração pública, bancos, investidores etc.

A utilização da contabilidade de gestão ambiental pode proporcionar grandes reduções de custos na gestão de resíduos, dado que os custos de manuseio e de deposição de resíduos são relativamente fáceis de definir e de imputar a produtos específicos. Outros custos/despesas ambientais, incluindo os da conformidade

ambiental, legais, deterioração da imagem da empresa, riscos e responsabilidade ambiental, são mais difíceis de avaliar. A contabilidade de gestão ambiental.

- ✓ Está focalizada nos custos internos à companhia;
- ✓ Não inclui custos externos à sociedade;
- ✓ Dá ênfase particular na contabilidade para custos ambientais;
- ✓ A sua informação pode ser usada para a maioria de tipos de atividade ou de tomada de decisão da gerência dentro de uma organização, mas é particularmente útil para atividades ambientais proativas da gerência.

Os problemas ambientais que afetam as empresas poderão ser reduzidos, ou até eliminados, se forem adotadas metodologias inovadoras de gestão no trato ambiental. Esses problemas tornam as empresas menos competitivas, já que incrementam seus custos, tornando-as débeis perante os concorrentes, podendo, inclusive, levar ao encerramento das atividades operacionais.

Ademais, a poluição e os impactos ambientais de toda ordem prejudicam a comunidade, gerando problemas de saúde para os cidadãos e gastos crescentes para o poder público. Entre essas metodologias, que as empresas podem lançar mão para adequar-se à competitividade e à sustentabilidade econômica, podemos destacar o uso do balanço de massa.

Um balanço de massa poderá ser elaborado para um conjunto específico de insumos ou processos, ou para todos os insumos e resíduos de uma empresa. O objeto central do balanço aos processos é o registro dos insumos utilizados na empresa.

O balanço de massa é uma equação que se baseia no princípio de que “tudo o que entra terá de sair ou ficar estocado”, dessa forma propõe-se o registro e o acompanhamento dos fluxos de materiais, segundo uma análise de entrada e saída no processo produtivo.

Os balanços de massas podem ser elaborados para indicar as quantidades de matéria-prima e outros materiais secundários consumidos no processo produtivo, efetivamente incorporados ao(s) produto(s) final(is) e a quantidade que é desperdiçada, como resíduos e emissões líquidas ou gasosas. O desenvolvimento

dos balanços de massa é geralmente elaborado em quilogramas e acompanhado por balanços de energia em KWh e balanços de água em m³.

Para agregar e avaliar a informação para uma análise desse tipo, o sistema de informação da empresa terá que estar capacitado para fornecer informações sobre as quantidades compradas e consumidas, produzidas e desperdiçadas. Visando melhorar a qualidade de informação ambiental disponível, bem como sua consistência, pode-se definir um sistema regular de acompanhamento.

O sistema de informação do balanço de massa permite obter e divulgar, periodicamente: dia/semana/mês/ano, informações financeiras, físicas e qualitativas sobre a origem das entradas de matérias-primas, materiais auxiliares, insumos em geral, produção e saídas de produtos, emissões e resíduos. Esse sistema deve estar vinculado à contabilidade financeira e à contabilidade de custos/gerencial.

1.9 EMPRESA E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Para as empresas existem especificidades importantes a serem consideradas na legislação ambiental brasileira, entre estas as já discutidas acima: o princípio do poluidor-pagador e a responsabilidade penal da pessoa jurídica frente ao dano ambiental. De uma maneira mais simplificada Cyro Yer do Valle resume assim o princípio do poluidor-pagador: ‘Aquele que gera um resíduo ou causa um impacto nocivo sobre o meio ambiente deve arcar com os custos de sua correção- é o princípio de ‘quem polui paga’; a responsabilidade por danos causados ao meio ambiente é objetiva e não subjetiva. (...) isto significa que uma empresa que cause um dano ao meio ambiente é responsável pelo mesmo independentemente de comprovação da culpa ser sua ou de terceiros (um funcionário ou um fornecedor, por exemplo), pela simples existência de nexo causal entre o prejuízo e sua atividade;’ (VALLE, C. E., 1.995). A responsabilidade penal da pessoa jurídica frente ao dano ambiental, constante da Lei 9.605/98, alvo de polêmicas já discutida acima também é um fator importante. Outros fatores podem ser citados também como importantes na relação empresa/ legislação ambiental. Entre estes o fato de que o gerador de resíduo responde pelo mesmo indefinidamente, mesmo que esse resíduo seja transferido de local, mudado de mãos ou depositário, ou de forma, mantendo

suas características nocivas; a necessidade de obtenção de Licença para construção, e funcionamento de um estabelecimento empresarial. (VALLE, C. E., 1.995).

No setor industrial, segundo Cyro Eyer do Valle “(a legislação ambiental procura controlar os problemas de contaminação do meio ambiente a partir de três abordagens: a) a regulamentação e disposição de resíduos) A regulamentação dos produtos, estabelecendo limites para emissões, restringindo o uso de certos materiais perigosos na fabricação etc. c) A regulamentação das condições ambientais de forma abrangente, limitando, em casos extremos, certas atividades que possam atuar de forma crítica em desfavor de uma área ou região. (VALLE, C. E., 1.995). De forma mais simples as formas de controle da poluição contidas em lei abrangem: controle das fontes geradoras; controle dos produtos, controle das consequências. Complementam as leis básicas direcionadoras da política ambiental - Lei 9.605/98 e Lei 6.938/81 - já apresentadas anteriormente, as resoluções do CONAMA e normas técnicas da ABNT (Associação brasileira de normas técnicas). Entre outras normas, estas se definem em níveis limites de emissões de poluentes no ar ou na água; além de estabelecerem classificação de resíduos, estabelecimento de métodos de análise e de amostragem e padronização de símbolos de risco para identificar resíduos transportados ou armazenados.

O licenciamento ambiental definido pela Lei 6.938 de 1981 constitui-se importante requisito legal para o setor industrial. Segundo esta lei aquelas atividades cujo potencial poluidor não é considerado desprezível (segundo critérios estabelecidos pelos órgãos estaduais responsáveis) são objeto de Licença Ambiental, fornecida pelos órgãos estaduais do meio ambiente ou pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente). A resolução do CONAMA n ° 237, de 19 de dezembro de 1.997 estabelece em seu art. 2 ° parágrafo 1º os empreendimentos e atividades sujeitas ao licenciamento ambiental.

Através do licenciamento ambiental a administração pública busca exercer o necessário controle sobre as atividades humanas que interferem nas condições ambientais, buscando conciliar o desenvolvimento econômico com o uso de recursos naturais.

As Licenças são de três tipos:

- ✓ Licença Prévia- autorização para desenvolver o projeto do empreendimento de acordo com as exigências ambientais;
- ✓ Licença de instalação - requerida após a aprovação do projeto, serve para construção do empreendimento segundo este mesmo projeto;
- ✓ Licença de Operação - autorização para iniciar as atividades.

Para alguns empreendimentos de maior impacto sobre o meio ambiente são exigidos: EIA (Estudo de Impacto Ambiental) e RIMA (Relatório de Impacto Ambiental). 'Normalmente se detecta a necessidade de se realizar o EIA e RIMA quando a empresa solicita sua licença de instalação.' (VALLE, C. E., 1.995).

O licenciamento de atividades industriais é previsto por lei, entretanto muitos empreendimentos se encontram sem esta regulamentação, especialmente aqueles que são estabelecimentos antigos e se situam em cidades ou regiões onde a fiscalização é pouco incisiva. Normalmente estes empreendimentos despertam para a necessidade de estar em dia com a legislação quando ocorre reclamações ou alguma demanda por parte de clientes, órgão governamental, ou comunidade próxima.

Muitas vezes a postura do empreendedor por temor de multas e complicação para o andamento de suas atividades o leva a não buscar uma aproximação junto aos órgãos ambientais. É importante observar que se trata de obrigação do órgão responsável pelo fornecimento de Licença Ambiental o auxílio ao empreendedor para sua adequação à legislação. A regulamentação das condições ambientais de forma abrangente, limitado, em casos externos, certas atividades que possam atuar de forma crítica em desfavor de uma área ou região, Além disto, os índices de rentabilidade, de rotação, de liquidez e de desenvolvimento não mostravam qualquer problema com a empresa.

No balanço ambiental, os ativos ambientais são as aplicações em meios patrimoniais que são utilizados para a prevenção ou recuperação do meio ambiente natural, ou, os bens disponíveis da empresa que servem para a preservação, proteção e recuperação do meio ambiente natural; as máquinas e instalações que possibilita a redução da contaminação ambiental.

2. A CONTABILIDADE AMBIENTAL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO AMBIENTAL

2.1 USUÁRIOS DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

O Usuário da informação contábil é a pessoa física ou jurídica interessada na avaliação da situação e do progresso de determinada entidade. Sendo que os usuários se dividem em internos e externos, e possuem interesses específicos, razão pela qual as informações geradas pela empresa ou organização devem ser amplas e fidedignas de forma a avaliar a situação patrimonial e as mutações sofridas pelo seu patrimônio, permitindo a realização de inferências sobre o seu futuro.

Todas as pessoas eu estão ligadas diretamente ao quadro societário empresarial ou cadastradas para administrar a empresa profissional são usuários internos como: gestores, empregados, sócios, entre outros. Estes profissionais por estar diretamente ligado à empresa se valem de informações mais aprofundadas e específicas acerca desta e se encontra numa posição privilegiada em relação ao usuário externo, por ter acesso às informações contidas nas demonstrações contábeis divulgadas pela empresa, além de ter acesso aos dados históricos mais precisos e a informações internas.(Oliveira; Silva; Zuccare 2010: 02).

Devido a responsabilidade exigida das empresas, cabe a contabilidade prover meios para que estas possam suprir a sociedade com todas as informações requisitadas, Consequentemente, ganha destaque no cenário empresarial o Balanço Social. De acordo com Ludicibus, Marion; Farias (2009 p.22), O processo decisório decorrente das informações apuradas pela contabilidade não está restringida apenas aos limites da empresa, administradores e gestores (usuários internos), mas também a outros segmentos, como os usuários externos que mesmo não fazendo parte do quadro societário da empresa, utilizam as informações para tentarem trazer alguns benefícios para si mesmas nas transações ou relações com a empresa. O quadro 01 demonstra os usuários externos da empresa:

Quadro 01 USUÁRIOS EXTERNOS.

USUÁRIOS EXTERNOS	
Investidores	É por meio dos relatórios contábeis que os investidores identificam a situação econômica- financeira da empresa, e decide sobre as melhores alternativas de investimento.
Fornecedores de bens e serviços a crédito	Usam os relatórios para analisar a capacidade de pagamento da empresa compradora.
Bancos	Utilizam os relatórios para aprovar empréstimos, limite de crédito e outros.
Governo	Usa os relatórios com a finalidade de arrecadação de imposto e também para dados estatísticos.
Sindicatos	Utilizam os relatórios para determinar a produtividade do setor.
Clientes	Verificam se a empresa fornecedora tem condições de atender seus pedidos.
Outros interessados	Funcionários, órgãos de classes, pessoas e diversos institutos, como CVM, o CRC e outros.

Fonte: Ludicibus; Marion; Farias (2009: 22).

Diante do exposto se pode afirmar que a informação contábil, está diretamente ligada à tomada de decisão, tendo o contador como tarefa básica a de proporcionar transparência e qualidade para seus usuários, sejam estes internos ou externos através de informações objetivas, clara e concisa, permitindo ao usuário avaliar a situação econômica e financeira da empresa ou organização.

2.2 AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são de vital importância para as empresas, para o cumprimento de fins fiscais, seja para levantamento de crédito com terceiros ou para as mais relevantes das finalidades com o fornecimento de informações administrativas, pois através destas informações, os administradores, podem tomar decisões que afetam o desenvolvimento da empresa.

2.2.1 Balanço Patrimonial- BP

A Contabilidade dispõe de ferramentas que são indispensáveis para o controle do patrimônio, pois estas demonstram de forma resumida, porém completa a situação financeira das empresas. Entre essas ferramentas se podem citar o Balanço Patrimonial que através de seu aspecto específico, tem como se ter

conhecimento de quanto à empresa possui em seu ativo circulante, passivo circulante, patrimônio líquido, assim como suas obrigações.

O Balanço Patrimonial é a peça contábil que retrata a posição das contas de uma entidade após todos os lançamentos das operações de um período terem sido feitos, após todos os provisionamentos (depreciação, devedores duvidosos etc.) e ajustes, bem como após o encerramento das contas de Receitas e Despesas também terem sido executados (IUDICIBUS;MARION;FARIAS 2009: 22).

Quadro 02: BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO
CIRCULANTE	CIRCULANTE
Disponível	Fornecedores
Créditos	Outras obrigações
NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Realizável a longo prazo	Exigível a Longo Prazo
Imobilizado	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Intangível	
TOTAL	TOTAL

Fonte: Salazar & Benedito (2012).

2.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

A Demonstração do Resultado do Exercício, gestores e administradores tem como verificar e avaliar a capacidade de desempenho da empresa fazendo a comparação com outros exercícios anteriores e verificando se a empresa obteve lucro ou prejuízo em determinado período, e baseado nessas informações tomar as melhores decisões.

Através da Demonstração do Resultado do Exercício, são evidenciados as variações patrimoniais e o resultado econômico de um período de apuração. De acordo com Àvila (2006:132), “Essa demonstração consiste em uma exposição ordenada de todos os elementos de resultado da empresa em determinado período,

com a finalidade de verificação do lucro ou prejuízo”. O quadro 03 demonstra de forma simplificado a estrutura de uma DRE.

QUADRO 03: DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – DRE
RECEITA OPERACIONAL
(-) Deduções da Receita Bruta
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
(-) Custo dos Produtos Vendidos
RESULTADO BRUTO
(-) Despesas Operacionais
RESULTADO OPERACIONAL
RECEITA NA ALIENAÇÃO DE ATIVO PERMANENTE
(-) Custo do Bem vendido
RESULTADO ANTES DO IR
IR
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Fonte: Salazar & Benedito (2012)

2.2.3 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

A demonstração de fluxo de caixa é uma demonstração que tem por finalidade evidenciar as transações ocorridas em determinado período e que provocaram modificações nas disponibilidades da empresa como: caixa, bancos e aplicações imediatas.

Demonstração de Fluxo de Caixa tem sido considerada por alguns como o mais importante instrumento de análise financeira de uma empresa moderna. Tanto a pesquisa acadêmica como certa evidência prática tem mostrado a importância desta informação para o processo decisório. A análise de balanço tradicional não mostrava existir qualquer problema com a empresa até 1970 ou 1971.

QUADRO 04: DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

Mês/Ano	Semana 1		Semana 2		Total	
Saldo inicial de caixa						
Dinheiro						
Total de Entradas						
Imposto sobre vendas						
Pagamentos a fornecedores						
Pró- Labore						
Salários						
Água						
Propaganda e Marketing						
Despesas Bancárias						
Pagamentos e Serviços						
Combustíveis						
Total de saídas						
Saldo Operacional						
Saldo Final						

Fonte: SEBRAE/MG

2.3 MECANISMOS DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Os mecanismos de divulgação são ferramentas que auxiliam gestores e administradores nas tomadas de decisões. A aplicação destas ferramentas tem como objetivo a redução da emissão de resíduos, através de treinamento de pessoal visando à adequação de métodos de produção às leis ambientais vigentes, a aquisição de serviços de consultoria para a aplicação de novos projetos ecológicos e a obtenção de receitas em decorrência da recuperação de materiais que antes eram descartados na natureza.

2.3.1 Custos e Despesas Ambientais

Observando os custos e despesas destinadas à prevenção ambiental que ocorrem em conexão com o processo produtivo e em decorrência deste, devendo estes ser destacados em grupo específico, da Demonstração do Resultado do Exercício, compondo-se de custos de insumos e de mão de obra necessários a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente.

Todos os eventos relacionados diretamente ou indiretamente, com a proteção do meio ambiente, são denominados custos ambientais. O valor dos insumos, mão de obra, amortização de equipamentos e instalações d processo de preservação, proteção e recuperação do meio ambiente constituem-se em exemplos de custos ambientais.

Na concepção de Rocha & Ribeiro (1999: 42) Custos e Despesas Ambientais são gastos aplicados direta ou indiretamente no sistema de gestão ambiental do processo produtivo e em atividades ecológicas da empresa. Quando aplicados diretamente na produção, estes gastos são classificados como custos, e se foram aplicados de forma indireta são chamados de despesas.

Assim as despesas ambientais estão voltadas para os recursos consumidos, na forma de bens e serviços necessários a produção de receitas em um dado período independentemente da forma ou momento do desembolso.

2.3.2 Receitas Ambientais

Esse conceito destaca como principal diferencial entre o conceito de receita e ganho a vinculação desta à atividade operacional e de caráter recorrente, enquanto o ganho é tratado com um item extraordinário.” Receitas, assim como despesas, resultam das atividades operacionais recorrentes da empresa” de acordo com Costa (2012: 67).

Diante do exposto pode ser observar que o objetivo da implantação da gestão ambiental na empresa, não é apenas para gerar receita, mas, desenvolver uma política responsável acerca dos problemas ambientais. Porém isto não impede que a empresa tire alguns proveitos econômicos deste processo.

Desta forma entende-se por receitas ambientais, o lucro obtido na venda de resíduos e sucatas, que normalmente seriam descartados pela empresa, e que foram reaproveitados por outras entidades, trazendo maior lucratividade e menos danos para o meio ambiente.

2.3.3 Ativos Ambientais

São considerados ativos ambientais todos os bens e direitos destinados ou provenientes da atividade de gerenciamento ambiental, podendo estar na forma de capital circulante ou capital fixo. É importante destacar que as características dos ativos ambientais se modificam de uma entidade para outra, e a diferença entre os vários processos operacionais, das distintas atividades econômicas, deve ser compreender todos os bens utilizados no processo preservação ambiental, pois o ativo ambientais esta voltado para os bens e direitos adquiridos pela entidade com o intuito de controle, preservação e recuperação ambiental.

O capital circulante (capital de giro) é o montante aplicado para a realização da atividade econômica da empresa, sendo composto pelas disponibilidades e pelos ativos realizáveis a curto e longo prazo. Exemplos de ativos ambientais que se enquadram neste grupo:

- a) na conta **disponibilidades** podem ser contabilizados os valores referentes a recebimentos oriundos de uma receita ambiental;
- b) nos ativos **realizáveis a curto e longo prazo** podem ser lançados os direitos originários de uma receita ambiental e os estoques, quando relacionados com insumos do sistema de gerenciamento ambiental ou com produtos reaproveitados do processo operacional.

No capital fixo as contas ambientais podem ser divididas em:

- a) **Investimentos:** participação societária em empresas ecologicamente responsáveis;
- b) **Imobilizado:** bens destinados a manutenção do gerenciamento ambiental, por exemplo, filtros de ar, equipamentos da estação de tratamento de efluentes, etc.;
- c) **Diferido:** gastos em desenvolvimento de tecnologia "limpa" de produção que beneficiarão exercícios futuros, como por exemplo, os gastos de implantação do Sistema de Gestão Ambiental para a certificação ISO 14001.

Para completar o grupo do ativo, vale destacar, também, o ativo ambiental intangível que são bens ou direitos incorpóreos de difícil mensuração. Como exemplo, pode-se citar a certificação ISO 14000 que trará valorização da imagem e marca da empresa.

Segundo Karaemer (2002: 09) os ativos ambientais são: estoques, imobilizado, diferido, provisão para desvalorização e Goodwill, conforme demonstrado no quadro 05:

QUADRO 05: ATIVOS AMBIENTAIS

ATIVOS AMBIENTAIS	
Estoques	Insumos em almoxarifado adicionáveis ao processo produtivo para eliminar, reduzir, controlar os níveis de emissão de resíduos, ou matérias para recuperação ou reparos de ambientes afetados.
Imobilizado	Investimentos realizados na aquisição de bens que viabilizam a redução de resíduos o processo de obtenção de receitas.
Diferido	Investimentos em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia no longo prazo, quando estes puderem ser claramente relacionados com receitas futuras de períodos específicos.
Provisão para desvalorização	Ativos tangíveis e intangíveis, particularmente os não monetários, estão sujeitos à ação ambiental. Consequentemente, seus valores podem sofrer alterações por ganho ou perda do valor econômico, alterando o real potencial econômico da empresa.
Goodwill	Diferença entre o valor atual da empresa como um todo, em termos de capacidade de geração de lucros futuros, e o valor econômico dos seus ativos.

Fonte: KRAEMER (2002: 09).

2.3.4 Passivos Ambientais

Passivo ambiental é toda obrigação contraída voluntária ou involuntariamente destinada a aplicação em ações de controle, preservação e recuperação do meio ambiente, originando, como contrapartida, um ativo ou custo ambiental.

De acordo com a IBRACON (1996: 5): "O passivo ambiental pode ser conceituado como toda agressão que se praticou/pratica contra o meio ambiente e consiste no valor de investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como multas e indenizações em potencial."

De acordo com a IAS 37¹, para o reconhecimento de um passivo ambiental deve-se atender os seguintes requisitos (apud FERREIRA, 2000: 115):

- 1) O primeiro deles é de que a entidade tem uma obrigação presente legal ou implícita como consequência de um evento passado, que é o uso do meio ambiente (água, solo, ar) ou a geração de resíduos tóxicos.
- 2) O segundo requisito é o de que é (sic!) provável que recursos sejam exigidos para se liquidar o passivo ambiental, ou seja, a chance de ocorrer a saída de recursos, o que depende de um ou mais eventos futuros, é maior do que a de não ocorrer.
- 3) O terceiro requisito é o de que o montante do passivo ambiental envolvido possa ser estimado com suficiente segurança.

O passivo ambiental, como qualquer passivo, está dividido em capital de terceiros e capital próprio os quais constituem as origens de recursos da entidade.

QUADRO 06: Exemplos de origens.

Bancos	Empréstimos de instituições financeiras para investimento na gestão ambiental;
Fornecedores	Compra de equipamentos e insumos para o controle ambiental;
Governo	Multas decorrentes a infração ambiental;
Funcionários	Remuneração de mão de obra especializada em gestão ambiental;
Sociedade	Indenizações ambientais;
Acionistas	Aumento do capital com destinação exclusiva para investimentos em meio ambiente ou para pagamento de um passivo ambiental;
Entidade	Através de destinação de parte dos resultados (lucro) em programas ambientais.

Fonte: Ias 37 (2000: 115)

2.3.5 Divulgação de Dados e Notas Explicativas Ambientais

Os atos da empresa relacionados com o meio ambiente podem ser informados no Balanço Sociais, em nota explicativa, no relatório da Administração, em Boletins Internos e Externos, entre outros meios. Esta atitude por parte das empresas demonstra compromisso e responsabilidade na transparência do desenvolvimento de suas atividades ao público interessado.

As notas explicativas informam ao público interessado, clientes internos e externos e para toda a comunidade sobre as demonstrações contábeis, informando

sobre as demonstrações contábeis ambientais e critérios adotados para sua realização.

Na concepção de Ludícibus (2000: 18), as notas explicativas são informações complementares às demonstrações financeiras, e representam parte integrante delas. Podem estar expressas tanto na forma descritiva como na forma de quadros analíticos, ou mesmo englobando outras demonstrações contábeis que foram necessárias ao melhor e mais completo esclarecimento das demonstrações financeiras.

2.3.6 Gerenciamento ambiental e suas atividades

Quando se fala em gestão não se deve pensar apenas no cenário econômico e financeiro, afinal com toda a mudança do cenário as empresas devem se adaptar, administrando também questões relacionadas à preservação do meio ambiente. E é a gestão ambiental que tem a função de organizar políticas de desenvolvimento sustentável. Segundo Kraemer (2005):

Gestão Ambiental é o sistema que inclui a estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos, para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental. É a forma pela qual a organização se mobiliza interna e externamente, para a conquista da qualidade ambiental desejada. Ela consiste em um conjunto de medidas que visam ter controle sobre o impacto ambiental de uma atividade.

Nota-se que cada vez mais as organizações têm se preocupado em mostrar seu interesse na preservação do meio ambiente, fazendo com que a gestão ambiental esteja mais presente na sua rotina. Apesar de a mídia, nos dias atuais, divulgar com certa frequência a situação ambiental crítica em que se encontra o planeta e as atitudes que podem e devem ser tomadas para amenizar essa situação, muitas pessoas e as próprias organizações acabam optando por continuar suas atividades sem a preocupação ambiental.

Geralmente as organizações avaliam sua sobrevivência em curto prazo, esquecendo da sobrevivência do meio ambiente, que acaba sendo avaliada a médio ou até mesmo a longo prazo. Muitas empresas acreditam que se forem ambiental e socialmente corretas estarão fazendo um favor para a sociedade, mas esta deve ser

uma obrigação de todos, afinal, o planeta é de todos, e o cuidado com ele também deve ser de responsabilidade de todos.

Para chegar a conscientização dos colaboradores sobre a responsabilidade ambiental, adota-se um sistema de incorporação do colaborador com a empresa, fazendo parte do processo admissional onde antes de iniciar sua atividade, ter-se pleno conhecimento da responsabilidade ambiental da empresa, de acordo com sua função. Como exemplo, tem-se os topógrafos que demarcam as áreas limites para o plantio e os tratoristas que tem consciência dos impactos ambientais que poderá causar se não respeitá-las.

2.3.7 Balanço Ambiental

O balanço Ambiental é uma ferramenta demonstrativa pelo meio do qual é assegurando que os custos, ativos e passivos ambientais sejam reconhecidos a partir do momento de sua identificação, de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade, pois seu principal objetivo é tornar público, para fins de desempenho toda e qualquer atitude com ou sem finalidade lucrativa.

Costa (2012: 178) menciona a importância da contabilidade em atender não tão somente as finalidades financeiras, mas também, a ambiental, em demonstrar em termos monetários o grau de destruição potencial, e em contrapartida, as ações de conservação e preservação, pois investir do meio ambiente constitui para a própria empresa, cuidar dos agentes que propiciam a sua riqueza, tendo como consequência o aumento de seu patrimônio.

Na concepção de Herckert (2008: 17), o balanço ambiental é um documento que demonstra e expressa o ativo e o passivo ambiental natural num determinado momento. Evidenciando, sinteticamente, as contas da gestão ambiental natural da célula social. O balanço Ambiental deve demonstrar claramente as informações sobre as ações adotadas pela empresa para amenizar os impactos de suas atividades e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável.

O balanço Ambiental reflete a postura da empresa em relação aos recursos naturais, compreendendo os gastos com preservação, proteção e

recuperação destes; os investimentos em equipamentos e tecnologias voltadas área ambiental e os passivos ambientais (COSTA, 2012: 184)

Para Kraemer (2008), os ativos ambientais representam os estoques dos insumos, peças e acessórios, sendo um recurso controlado pela empresa que surge de eventos passados e de onde são esperados futuros fluxos de benefícios econômicos diretos ou indiretos para a empresa, através de: aumento da capacidade ou aumento da segurança ou eficiência de curto e longo prazo, destinado à amenização dos danos causados ao meio ambiente.

Com o mercado cada vez mais competitivo para as empresas, estas têm se preocupado cada vez mais em gerar lucros maiores, com custos menores, acabando por esquecer do meio ambiente, das agressões que podem causar esta ambição de reduzir os custos de qualquer forma, não se preocupando com os males que pode estar causando ao meio ambiente.

O autor afirma ainda que o Balanço Ambiental, deve ser demonstrado de forma que o público interessado possa ler e interpretar, os itens lançados como podem ser visualizados no quadro 07:

QUADRO 07: Modelo de Balanço Ambiental

ATIVO	PASSIVO
CIRCULANTE	CIRCULANTE
Disponível	Empréstimos e Financiamentos
Caixa	Financiamentos Ambientais
Banco Conta Movimento	Fornecedores
Créditos	Fornecedores Ambientais
Cientes Ambientais	Obrigações
Créditos por acessória Ambiental	Salários a pagar
Estoques	Duplicatas a pagar
Matéria Prima	Tributos a contribuições
Produtos em Processo	Multas por Danos Ambientais
Produtos Acabados	Indenizações por Danos Ambientais
Produtos Reciclados	Impostos Verdes
Embalagens Ambientais	Outras Contas A pagar
Peças e Materiais de Reposição	Provisões
	Multas por Danos Ambientais
REALIZAVEL À LONGO PRAZO	Indenizações por Danos Ambientais
PERMANENTE	Restaurações Ambientais
Investimentos	EXIGIVEL A LONGO PRAZO
Participações em fundo de Investimentos Ambientais.	Empréstimos e Financiamentos
Imobilizado	Financiamentos Ambientais
Imóveis	Fornecedores

Maquinas	Fornecedores Ambientais
Instalações	Obrigações
Edifícios	Multas por Danos Ambientais
Moveis e Utensílios	Indenizações por Danos Ambientais
Bens em Operação Ambientais	RESULTADO DO EXERCICIO FUTURO
(-) depreciação acumulada	PATRIMONIO LIQUIDO
Diferido	Capital Social
Gastos Pré- Operacionais	Reserva de Lucro
Projetos de Gestão Ambiental	Multas por Danos Ambientais
Gastos de Reorganização Ambiental	Proteção Ambiental
Projetos de Manejo Florestal	Lucros e Prejuízos Acumulados
TOTAL DO ATIVO	Resultado do Exercício
	TOTAL DO PASSIVO

Fonte: Kraemer (2008: 196).

3. CONTABILIDADE AMBIENTAL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO AMBIENTAL EM UMA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL: Um Estudo de caso na Empresa Jandaia Agropecuária no Município de Itaituba/PA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA EM ESTUDO

Razão Social: Jandaia Agropecuária e Terraplenagem LTDA

CNPJ: 14.037.550/0001-90

Endereço: Rod Transamazônica, km 0, nº 61-B, Centro

Cep: 68180-005

Cidade: Itaituba-PA

Ramo de Atividade: Criação e Comercialização de Bovinos, Novilhos, Bezerros, suínos, Reprodutores (PO).

A empresa Jandaia Agropecuária e Terraplenagem LTDA atua no mercado itaitubense há 27 (vinte e sete anos), surgindo em 15 de abril de 1986 com a atividade principal na criação e comercialização de Bovinos, Novilhos, Bezerros, suínos, Reprodutores (PO), com quantitativo de 37 (trinta e sete) colaboradores assim sendo eleita por varias vezes em leiloes e até mesmo em jornal rural a mais conceituada criação em todo o Oeste do Para, visando o aperfeiçoamento em melhorar a genética do gado através das inseminações artificiais.

Tendo como proprietário o Senhor Juarez Alves da Silva. A empresa tem como missão atender de forma satisfatória as necessidades de seu publico alvo, de

forma responsável prezando pela responsabilidade Ambiental. A figura 01 demonstra o logo da empresa Jandaia Agropecuária:

Figura 01: Logo da empresa Jandaia Agropecuária:



Fonte: autora da monografia

3.2 METODOLOGIA

O presente trabalho foi elaborado através de pesquisas bibliográficas utilizando livros, e artigos para aquisição de conceitos e elaboração do primeiro e segundo capítulos, com base na teoria aplicou-se em uma empresa Rural no município de Itaituba/PA uma pesquisa quanto à aplicabilidade da contabilidade Ambiental na mesma, para isso foi elaborado um questionário contendo 10 perguntas que foram aplicadas com o proprietário e gestor da empresa Juarez Alves da Silva.

A pesquisa foi aplicada na primeira quinzena de Dezembro de 2013, elaborados da seguinte maneira: 90% das questões são objetivas com alternativas, e 10% subjetivas, caracterizando assim como sendo uma pesquisa qualitativa.

3.3 ANÁLISES DOS RESULTADOS

O questionário foi desenvolvido com o interesse de mostrar ao empresário a importância da utilização da ferramenta contábil Ambiental. E, de como o uso desse sistema através das informações contábeis geradas, poderá auxiliar o gestor com a elaboração de relatórios contábeis úteis para a tomada de decisão.

Com relação às 1, 2 e 3 questões o empresário respondeu que tem o ensino fundamental como grau de escolaridade, e que não tem conhecimento sobre a

contabilidade ambiental e não conhece a ferramenta da demonstração contábil do Balanço Ambiental.

Na questão 4 o empreendedor afirmou possuir em seu quadro funcional um profissional contábil.

Quanto as questões de números 5 e 6, o empresário relatou que não tem conhecimento sobre os benefícios da contabilidade ambiental e que não utiliza dessas informações para tomada de decisão

Na questão 7 e 8, o gestor afirma que não utiliza as informações ambientais em seus relatórios contábeis e que tem interesse em normatizar a sua empresa dentro dos parâmetros ambientais. E na questão 9 o gestor aceitou as sugestões de melhoria.

Na questão 10, o gestor respondeu que autoriza o fornecimento das informações contábeis para conclusão do presente estudo de caso.

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS

3.4 SUGESTÕES DE FERRAMENTAS ESTRATEGICAS CONTABÉIS

De acordo com a análise do questionário respondido pelo gestor neste estudo de caso sugere-se algumas ferramentas contábeis para uma boa gestão ambiental em uma pequena propriedade rural.

Surge como uma ferramenta ambiental útil para conhecer esses impactos de maneira qualitativa e quantitativa, assim como os efeitos de suas decisões quanto à forma de geri-los. Entretanto, pouco se sabe como a contabilidade ambiental é utilizada para evidenciar os eventos ambientais. Diante dessas lacunas, objetivo use com esta pesquisa verificar a viabilidade de aplicar a estrutura da contabilidade ambiental na fazenda Jandaia Agropecuária.

QUADRO 08: DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – DRE

1- Receita Operacional Bruta
(-) Deduções da Receita Bruta
2= Receita Operacional Líquida
(-) Custo dos Produtos Vendidos
3= Resultado Bruto
(-) Despesas Operacionais
4= Lucro Operacional
(-) Provisões

5= Lucro Líquido do Exercício

Fonte: quadro elaborado pela autora do TCC, com base em Kraemer (2008: 196).

3.4.1 PROPOSTA DE BALANÇO AMBIENTAL

Balanço ambiental é um documento demonstrativo que expressa o ativo e passivo ambiental natural num determinado momento

A empresa pesquisada não utiliza ainda o balanço ambiental como ferramenta de gestão. Desta forma fica aqui o modelo proposto para que a empresa e pessoas interessadas no uso desta ferramenta possa fazer uso e informar ao público interessado o compromisso desta para com o público interno e externo no qual se encontra inserido. Conforme visualizado no quadro 09:

QUADRO 09: Balanço Ambiental

ATIVO	VLR	PASSIVO	VLR
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Disponível		Empréstimos e Financiamentos	
Caixa		Financiamentos Ambientais	
Banco Conta Movimento		Fornecedores	
Créditos		Fornecedores Ambientais	
Clientes Ambientais		Obrigações	
Créditos por acessória Ambiental		Salários a pagar	
Estoques		Duplicatas a pagar	
Matéria Prima		Tributos a contribuições	
Produtos em Processo		Multas por Danos Ambientais	
Produtos Acabados		Indenizações por Danos Ambientais	
Produtos Reciclados		Impostos Verdes	
Embalagens Ambientais		Outras Contas A pagar	
Peças e Materiais de Reposição		Provisões	
		Multas por Danos Ambientais	
REALIZAVEL À LONGO PRAZO		Indenizações por Danos Ambientais	
PERMANENTE		Restaurações Ambientais	
Investimentos		EXIGIVEL A LONGO PRAZO	
Participações em fundo de Investimentos Ambientais.		Empréstimos e Financiamentos	

Imobilizado		Financiamentos Ambientais	
Imóveis		Fornecedores	
Maquinas		Fornecedores Ambientais	
Instalações		Obrigações	
Edifícios		Multas por Danos Ambientais	
Moveis e Utensílios		Indenizações por Danos Ambientais	
Bens em Operação Ambientais		RESULTADO DO EXERCICIO FUTURO	
(-) depreciação acumulada		PATRIMONIO LIQUIDO	
Diferido		Capital Social	
Gastos Pré- Operacionais		Reserva de Lucro	
Projetos de Gestão Ambiental		Multas por Danos Ambientais	
Gastos de Reorganização Ambiental		Proteção Ambiental	
Projetos de Manejo Florestal		Lucros e Prejuízos Acumulados	
TOTAL DO ATIVO		Resultado do Exercício	
		TOTAL DO PASSIVO	

Fonte: quadro elaborado pela autora do TCC, com base em Kraemer (2008: 196).

3.4.2 FLUXO DE CAIXA

O fluxo de caixa é uma ótima ferramenta para auxiliar o administrador de determinada empresa nas tomadas de decisões. É através deste mapa que os custos fixos e variáveis ficam evidentes, permitindo-se desta forma um controle efetivo sobre determinadas questões empresariais.

Mês/Ano	Semana 1		Semana 2		Total	
Saldo inicial de caixa						
Dinheiro						
Total de Entradas						
Imposto sobre vendas						
Pagamentos a fornecedores						
Pró- Labore						
Salários						
Água						
Propaganda e Marketing						
Despesas Bancárias						
Pagamentos e Serviços						
Combustíveis						
Total de saídas						

Saldo Operacional						
Saldo Final						

Fonte: Fonte: quadro elaborado pela autora do TCC, com base em SEBRAE/MG

Pode ser observado que o Balanço Patrimonial já é uma ferramenta utilizada pela empresa em estudo. Esta ferramenta foi ramificada para a contabilidade Ambiental através do qual a mesma poderá identificar e alocar recursos ambientais, de maneira que as decisões de investimentos estejam baseadas em custos e benefícios adequados medidos, além de contribuir para a sociedade como um todo, pois poderá haver redução do nível de agressão a natureza.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a contabilidade ambiental possa ser um forte instrumento de gestão estratégica para as empresas, sejam elas públicas ou privadas, grandes ou pequenas que provavelmente, contribuirá para o Desenvolvimento Sustentável. É relevante evidenciar os aspectos ambientais nas demonstrações contábeis, de forma que os usuários externos conheçam o que vem sendo implementado nessa área, minimizando os impactos causados ao meio ambiente com o desenvolvimento de atividades econômicas que dependem essencialmente dos recursos naturais.

Nesse contexto a Contabilidade Ambiental e suas ferramentas são de grande importância para o auxílio dos gestores das empresas. Visto que, existindo uma valorização e conscientização do meio ambiente, existe também a necessidade de conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental. Assim, a Contabilidade Ambiental agrega valor trazendo informações aos empresários, pois identifica, mensura e registra os fatos internos e externos da empresa, apontando soluções que tornem os processos mais eficazes e menos poluentes.

No decorrer da pesquisa pode ser analisar, que o mesmo o gestor pesquisado tendo certo entendimento sobre as questões ambientais que norteiam as atividades desempenhadas pela empresa, o mesmo não fez uso do Balanço Ambiental, como ferramenta de gestão, pois não possui um conhecimento desta nova ferramenta utilizada por muitas empresas como diferencial competitivo. Pode ser observar ainda, que existe muita matéria não sendo aproveitado para que os animais de criação possam reaproveitar. Por tanto sugeriu -se a implantação de um programa de gerenciamento ambiental, além de criar uma imagem positiva da empresa para a sociedade contribui de forma significativa com o desenvolvimento sustentável, onde ganha a empresa e o meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ABAMEC (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANALISTAS DE MERCADO DE CAPITAIS). **Seminário Meio Ambiente e os Resultados Financeiros**, São Paulo, jun. 2002.

ALAVI, M.; CARLSON, P. **A review of MIS research and disciplinary development.** *Journal of Management Information Systems*, v.8, n. 4, p. 45–62, 1992.

APIMEC (ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS ANALISTAS DE MERCADO DE CAPITAIS). **Seminário Meio Ambiente e os Resultados Financeiros nos Setores Petróleo, Gás e Mineração**. São Paulo, mar. 2004.

ÁVILA, Carlos Alberto de. **Gestão Contábil para Contadores e não contadores**. Curitiba: Ibepex, 2006.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente, **Os empreendimentos e atividades sujeitas ao licenciamento ambiental**, Nº 237, de dezembro de 1.997

COSTA, Carlos Alexandre Gehm da **contabilidade Ambiental**. Ed. Atlas. São Paulo, 2012.

COSTA, Carlos Alexandre Gehm da **contabilidade Ambiental**. IX Convenção de contabilidade do Rio Grande do Sul. Gramado – RS.13 a 15 de agosto de 2003.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. Contabilidade ambiental: **Uma informação para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atlas, 2003.

FERREIRA, Tadeu. **Temas Contábeis em Destaque - Passivo Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2000.

HARRINGTON, H. J.; KNIGHT, A. **A implementação da ISO 14000**: como atualizar o SGA com eficácia. Tradução Fernanda Góes Barroso e Jerusa Gonçalves de Araújo. São Paulo: Atlas, 2001.

HERCKERT, W. **O Patrimônio e o desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com>. Acesso em 30 jul.2008.

IAS. International Accounting Standards - 37 (**Norma Internacional de Contabilidade 37**)

IBRACON. **Normas e procedimentos de auditoria**. NPA 11 - **Balanço e Ecologia**.1996.

IUDÍCIBUS, Sérgio & Outros. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações - Aplicável também às demais sociedades**. 4ª edição. rev. at., São Paulo: Atlas, 2000.

IUDICIBUS, Sergio de. MARRION, José Carlos. **Introdução a Teoria da Contabilidade**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sergio de. MARRION, José Carlos; FARIAS Ana Cristina de. **Introdução a Teoria da Contabilidade**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2009.

KARAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Contabilidade ambiental como alavanca na construção do desenvolvimento sustentável. Disponível em: <<http://br.monografias.com>. Acesso em: 30 jul. 2008.

KARAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Contabilidade ambiental como sistema de informações. Revista Brasileira de Contabilidade- Ano XXXI, nº 133, Janeiro/ Fevereiro de 2002.

LEI Nº 6.938/81, de 31 ago de 1981. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Disponível em: <[http:// www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 19 jul.2006.

LEI Nº 9.605/98, de fev. 1996. **Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.** 19 jul.2006.

MIRRA, A. L. V. **Impacto ambiental:** aspectos da legislação brasileira. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.

OLIVEIRA, Alessandro Aristides de; SILVA, Andréia Regina da; ZUCARE, Solange Maria de Paula. **A análise das Demonstrações Contábeis e sua importância para Evidenciar a Situação Econômica e Financeira das Organizações.** Revista Eletrônica Gestão e Negócios- Volume 1- nº 1. São Roque, 2010.

PAIVA, Paulo Roberto de, contabilidade ambiental: **evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na preservação.** São Paulo: Atlas, 2003^a.

REBELLO, Mário Guilherme. **A contabilidade como geradora de informações sobre o meio ambiente,** Rio de Janeiro, nº 9, ano III, 2000.

RIBEIRO, O.M. **Contabilidade Básica Fácil.**Ed. Saraiva. São Paulo, 2003.

SALAZAR,J.N.A.;BENEDITO,G C. **Contabilidade Financeira.** Ed. pioneira Thomson Learning. São Paulo 2004.

TINOCO, João Eduardo P.; KRAEMER, Maria Elisabeth P. **Contabilidade e gestão ambiental.** São Paulo: Atlas, 2004.

VALLE, Cyro Eyer do, **Qualidade Ambiental: Como ser competitivo protegendo o Meio Ambiente:** (Como se preparar para as normas ISO14000) São Paulo: Pioneira, 1995.

VEIGA, I., e Carneiro, A. (2000), **O Meio Ambiente e a Contabilidade,** Revista TOC n.º 47, ,2000.

ANEXOS



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

QUESTIONÁRIO

Este questionário destina-se apenas para fins acadêmicos, portanto o seu preenchimento não acarretará quaisquer danos para o funcionário, à empresa ou proprietário. Sua opinião é de fundamental importância e suas respostas permanecerão sob sigilo.

No primeiro questionamento foi lhe perguntado qual era o seu grau de instrução?

Onde o empreendedor respondeu ter o ensino Fundamental completo

Na segunda pergunta foi lhe questionado se o empreendedor tinha conhecimento sobre o que era contabilidade ambiental?

☐ SIM

☒ NÃO

Na questão terceira se o empreendedor conhece a ferramenta contábil de balanço ambiental?

☐ SIM ☒ NÃO

No quarto questionamento foi abordado se a empresa possui um profissional contábil?

☒ SIM ☐ NÃO

Dando sequência ao questionamento a quinta pergunta foi perguntado ao entrevistado se ele conhecia os benefícios da contabilidade ambiental?

☐ SIM ☒ NÃO

Na sexta foi questionado se o empreendedor recebe informações contábeis para tomada de decisões?

☐ SIM ☒ NÃO

Na sétima foi perguntado se o seu contador informa em seus relatórios finais os seus gastos ambientais?

☐ SIM ☒ NÃO

Questionou-se na oitava questão se o empreendedor tem interesse em normatizar os seus investimentos ambientais?

☒ SIM ☐ NÃO

O empresário foi questionado na nona pergunta se o empreendedor aceita sugestões de melhoria para a sua contabilização de investimentos ambientais?

☒ SIM ☒ NÃO

Na décima pergunta abordou-se sobre a disponibilidade de o empreendedor disponibilizar os documentos necessários para o desenvolvimento do estudo de caso?

☒ SIM ☐ NÃO